

Desequilíbrio Crítico entre Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo

Roberval de Jesus Leone dos Santos¹

Introdução

Dentre todas as noções usadas pelos economistas políticos a partir do século XVII para caracterizar o modo de produção capitalista, nenhuma talvez seja tão pueril como a dicotomia entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*. Juntas e nunca separadas, as duas categorias são capazes de sintetizar com poucas perdas toda a natureza do capitalismo² e, talvez, permitir hipóteses sobre a superação desse modo de produção cuja fraqueza e robustez residem contraditoriamente em suas crises. Mas por que uma dicotomia pueril escancara com tanta severidade as entranhas da economia capitalista? Em geral, os economistas políticos que perceberam a existência das duas categorias jamais incorreram na costumeira idéia de derivar da diferença entre preço de venda e preço de custo da mercadoria a origem do lucro.

Esta comunicação tem o objetivo de revisar as duas categorias e avaliar a hipótese de que o desequilíbrio entre ambas pode ser um indício de crise. Para isso, aborda um breve histórico da dicotomia, a correção da noção dessa tipificação do trabalho formulada por Marx e, finalmente, constrói a hipótese.

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: antecedentes

Os primeiros autores a enxergarem a dicotomia foram os mercantilistas, representados por Jean Baptiste Colbert, segundo os quais o trabalho produtivo limitava-se às esferas do comércio cujas mercadorias exportadas efetivamente implicassem uma balança comercial favorável, superando os custos de sua produção (Colbert, 1995). Assim, o economista mercantil, apesar de elidir a esfera da produção de mercadorias propriamente dita em prol da circulação, observara, por intermédio de um viés, que só trabalho produtivo era capaz de capturar dinheiro, isto é, ouro (Marx, 1987: 134-135). Viam a mais-valia, mas usando várias mediações.

Os fisiocratas, cujo melhor representante é François Quesnay, para os quais a preferência de Marx é inegável em assuntos analíticos da economia capitalista (Marx, 1987: 19; Marx, 1991a: 384 e *passim*), eliminaram inúmeras barreiras impostas pelos mercantilistas à elucidação da dicotomia. Aliás, graças a essa tipificação prévia do trabalho é que os fisiocratas notaram claramente a produção de mais-valia como condição inerente ao modo produtivo que analisavam, sempre do ponto de vista da produção agrícola. Para eles, só o trabalho assalariado gerador de mais-valia para o proprietário dos meios de produção agrícola seria produtivo (Quesnay, 1766). Essa idéia estava ligada à concepção de que tal trabalho assalariado deve gerar valor em equivalentes de produtos agrícolas superior ao custo de produção (Marx, 1987: 133-134). Note-se que, para os fisiocratas, a mais-valia existia apenas enquanto renda fundiária (Marx, 1994b: 584-585).

¹ Doutor pelo IE/UnB. E-mail: roberval.leone@yahoo.com.br.

² E, portanto, envolver o uso de várias terminologias científicas, como capital, renda, mais-valia, taxa de mais-valia relativa e absoluta, força de trabalho, capital constante e capital variável, valor, valor de uso, valor de troca, mercadoria etc.

Em Adam Smith, por fim, há duas concepções que se misturam. Uma delas é a ampliação daquela adotada pelos fisiocratas. De acordo com esta, produtivo é o trabalho que acrescenta valor ao produto no qual é aplicado, enquanto improdutivo é o trabalho que não é capaz de gerar esse efeito. Misturada à concepção de acréscimo de valor, Smith (2003) avança corretamente para a noção de que trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia para o capitalista. Entretanto, em outro momento, contaminado com a forma exuberante do capitalismo em produzir mercadorias, concebe trabalho produtivo regressivamente aos fisiocratas, mas inaugurando uma retórica que dura até hoje entre os economistas, ao separar a produção de bens físicos (o produto tangível) da de serviços (o produto intangível) em correspondência, respectivamente, com trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Deixando de vincular o termo à geração de mais-valia, “segundo esta nova concepção, chama-se produtivo o trabalho de um trabalhador, quando este põe um equivalente no lugar do valor consumido, quando, com seu trabalho, acrescenta ao material quantidade de valor igual à contida no salário” (Marx, 1987: 135-142).

O ponto de vista correto

O erro mais comum ao conceituar-se trabalho produtivo decorre da crença, mesmo entre marxistas³, de que o capitalismo é apenas um modo de produção de mercadorias, quando, na verdade, essencialmente é um modo de produção de mais-valia, a qual prescreve o arranjo temporal e espacial do processo de trabalho e a estrutura técnico-social do processo de produção (Marx, 1991a: 412). A primeira idéia leva ao raciocínio de que a produção funciona eficientemente por intermédio de trabalhos particulares e úteis; a segunda ao entendimento correto de que o trabalho abstrato, socialmente necessário, subordinado formalmente ao capital, é quem dá a medida precisa da forma de produção capitalista (Marx, 1994a: 225-226; Marx: 1994b: 584-585).

Raciocinando desta maneira, verifica-se que o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo são complementares e atuam de forma harmônica e quase sincrônica em cada esfera do sistema produtivo capitalista, notadamente, respectivamente, na produção propriamente dita e na realização da mais-valia. Sem trabalho produtivo não há auto-expansão de mais-valia. Sem trabalho improdutivo não há reprodução de capital com a logística, a qualidade, a tempestividade e a minimização de custos requeridas pela produção de mais-valia.

De acordo com Marx (1987: 132-133),

trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista.

O trabalho improdutivo, por sua vez, não possui essas duas propriedades, mas ainda retém a propriedade de constituir uma força de trabalho, de modo que precisa ser reposta, dependendo inelutavelmente do produtivo. Assim, o trabalho improdutivo “consome mais do que reproduz”, no sentido de que devem ser pagas a força de trabalho e a cota de quem a explora na realização da mais-valia (Marx, 1987: 132-133). Em

³ O próprio Ricardo Antunes comete esse erro, não sei se involuntariamente, ao longo de todo o seu antológico ensaio, ao denominar o capitalismo de “sistema produtor de mercadorias” (cf. Antunes, 2006).

outras palavras, “num caso, o trabalhador se troca por capital; noutro, por renda. Num caso, o trabalhador se transforma em capital e gera lucro para o capitalista; no outro, é uma despesa, um dos artigos em que se despende renda” (Marx, 1987: 140).

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo são, portanto, interdependentes. Anulado o último, o processo de produção teria sozinho de realizar a mais-valia, fato inviável em termos empíricos. Anulado o primeiro, não haveria modo de produção capitalista⁴, portanto o *correspondente* trabalho improdutivo e, conseqüentemente, igualmente em termos empíricos, Estado, comércio, sistema financeiro, *prestação* de serviço de natureza diversa etc.

Note-se que trabalho improdutivo não implica, em nenhum dos seus ramos, parasitose social, pelo fato de contemplar integrantes da formação social capitalista que não atuam na reprodução, obtendo seu salário ou sua renda, que são, em última instância, consumidos, junto à produção de mais-valia ou, dizendo de forma específica, junto às “classes às quais cabe imediatamente a produção, os trabalhadores produtivos, os capitalistas industriais e os proprietários das terras” (Marx, 1991a: 398). Isso porque esses integrantes exercem, *no sentido da eficiência do capitalismo*, uma função social. Aliás, é uma das razões de o capitalismo ser mais eficiente do que o modo de produção que lhe precedeu. O capitalismo não combate o trabalho improdutivo. Combate as suas disfunções, que ocorrem sempre pelo dispêndio de renda ou pagamento de salário que contrarie os fins inicialmente previstos. Esse fato é trivial de observar na corrupção do corpo burocrático ou político da Administração Pública, quando o recurso, originário de salário de trabalhador produtivo, lucro ou renda da terra, é desviado do fim almejado pela classe que em dado momento atua junto ao Estado. Também, sempre que se acrescenta trabalho improdutivo a mais do que o socialmente necessário ocorre uma disfunção.

É de fundamental importância para a eficácia do processo produtivo capitalista a proporção exata de dispêndio de mais-valia para manter o trabalho improdutivo, pois o dispêndio a maior é capital que não retorna *imediatamente* para a reprodução, gerando consumo apenas posterior, em lugar de (enquanto capital) comprar força de trabalho produtiva para produzir acréscimo de mais-valia. O Estado mínimo, que seria, como um exemplo, o ideal neste sentido, permaneceu apenas nas idéias de seus formuladores e não foi implantado efetivamente em nenhuma formação capitalista conhecida porque as necessidades e demandas sociais são cada vez mais crescentes e diversificadas, requerendo formas cada vez mais dispendiosas de contenção das classes subalternas e dos conflitos entre as classes capitalistas (cf. Batista Jr., 1998 e Banco Mundial, 1997).

O trabalho improdutivo, enquanto ato da existência material, independe da forma produtiva e precede historicamente o trabalho produtivo da mesma forma que valor de uso precede valor de troca. No capitalismo, mesmo quando se abstrai do trabalho improdutivo que faz parte do processo de produção em combinação com o produtivo, resta uma imensa esfera de atuação do trabalho improdutivo, a saber, aquela em que o ser social necessita fruir do trabalho, utilizando-o para consumo. O valor de troca gerado é nulo. Só é gerado valor de uso. O próprio trabalhador produtivo necessitará exercê-lo, por exemplo. Não existe vida material sem trabalho improdutivo (cf. Marx, 1987: 145; Marx, 1983: 39-40).

⁴ A *unidade ternária* composta pelo trabalho produtivo, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, é a base motriz do modo de produção capitalista (cf. Marx, 1994b: 585).

Aliás, no modo de produção capitalista, parte considerável da atividade que prepara, mantém e recicla a força de trabalho cujo dispêndio entra nos custos de produção da força de trabalho para o capitalista advém do trabalho improdutivo, como os serviços médicos, sanitários e educacionais (Marx, 1987: 146-147). Parece cada vez mais evidente “a ampliação das formas de *trabalho* [produtivo] *imaterial*”, de modo que, conforme observa Antunes (2006: 13-14),

o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.

Saber científico subsumido ao saber laboral, em certos casos acrescentando o capital constante (diminuindo o tempo de trabalho necessário pelo aumento da produtividade), em outra parte o capital variável (ao remunerar o trabalho produtivo intelectual) e tomando parte da mais-valia para remunerar trabalho improdutivo intelectual que se torna cada vez mais importante para ambos os saberes.

Como características gerais e diferenciais do trabalho improdutivo em relação ao seu *correspondente* par dicotômico⁵, observa-se que a alienação⁶, especialmente suas formas mais visíveis, o fetichismo e a reificação, é mais eficaz; a capacidade de engajamento é menor⁷, exceto quando tem em vista a busca de renda (*rent seeking*), cujo exemplo paradigmático é o funcionalismo público, que, em geral, nos seus movimentos paredistas, visa apenas ao aumento de suas condições de consumo ou à aquisição de prerrogativas e privilégios, especialmente para o pessoal inativo; por fim, tem perfil mercantil mais amplo e forte. Quando o modo de produção capitalista usa a força de trabalho improdutivo está, na realidade, admitindo em seu seio uma herança inescapável de modos de produção anteriores, conforme observou, em um caso geral, Rosa Luxemburg (cf. Luxemburg, 1976).

Finalmente, note-se que é errôneo imaginar que trabalho apenas por ser intelectual ou cujo produto é intangível ou perecível (serviços, por exemplo) não pode ser produtivo. Desde que esteja vinculado à produção de mais-valia, atuando na produção de mercadoria, o gerente, o engenheiro, o cientista de uma fábrica são trabalhadores produtivos. Também é produtivo o trabalho subordinado ao capital pelo empresário que emprega a força de trabalho de “atores, músicos, prostitutas etc.”, pois “a venda deles [dos serviços] ao público lhe reembolsa salário e lucro” (Marx, 1987: 145). Diz Marx (1994b: 584-585), ainda:

um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu

⁵ Por exemplo, o produtor de um automóvel e o seu vendedor em uma concessionária.

⁶ No sentido fixado por Marx (1994a) e Marx (1994b).

⁷ Os integrantes da força de trabalho improdutivo não constituem o proletariado no sentido exato, que, pelo menos tecnicamente, é o único portador de uma identidade revolucionária. Por suas condições e por seu posicionamento no processo global de produção capitalista, atrapalham mais do que ajudam ao proletariado de uma forma parecida com a da “classe média”. Isso ocorre por um fato material: mesmo quando o trabalho improdutivo gera para o capitalista trabalho não-pago, como ocorre com os empregados do comércio em geral, que são pagos com capital variável e não com renda no sentido estrito, esse trabalho não-pago não é capaz de gerar mais-valia, mas apenas de apropriar mais-valia para o capitalista, gerada pelo trabalho produtivo, dando-lhes, por assim dizer, um alheamento de segundo nível em relação ao do proletariado (cf. Marx, 1991b: 336-338).

capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar.

Dada a dificuldade, em muitos casos, de se identificar o trabalho improdutivo ou o trabalho produtivo apenas pela caracterização da mais-valia, é lícito usar uma forma indireta de identificação que se poderia chamar, em termos matemáticos, de caracterização da solução não-explicita de uma equação por meio de suas propriedades. Deriva de uma lei geral encontrada por Marx (1991a: 152): *trabalho improdutivo é aquele que apenas muda a forma do produto físico ou intelectual*. Na “fábrica de ensinar”, citada acima, o serviço oferecido de merenda não acrescenta nenhum valor ao produto do “mestre-escola”, mas certamente muda-lhe a forma, ao nutrir a mente das crianças. As merendeiras são remuneradas *grosso modo* pela mais-valia gerada pelo “mestre-escola”.

Hipótese da comunicação

A auto-expansão de mais-valia, sendo um processo crescente e limitado apenas por fatores físicos (força de trabalho global, tempo de trabalho socialmente necessário e recursos da natureza), é o processo mais rígido do capitalismo em termos de ajuste e controle. É um processo que segue por si. Isso implica o fato curioso de haver um desequilíbrio insuperável na dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

De fato, se fosse perguntado a alguém nascido na década de 1990 qual local de labor melhor representaria a economia moderna, se o pátio de uma fábrica de componentes de informática ou a sala de atendimento eletrônico da empresa que dá suporte às unidades fabricadas, a resposta seria a segunda. Tanto os economistas que estão em favor de Marx quanto os outros concordam em que o contingente da força de trabalho improdutivo é maior do que o da produtiva.

Embora não pertença exclusivamente ao modo de produção capitalista, a forma de divisão do trabalho social entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é a única, perante tantas outras, que nunca se diferencia em termos qualitativos, como o trabalho rural e o urbano, que ora entra em decadência, ora renasce, ou como as diferentes passagens de níveis de produtividade na divisão, como o fordismo, o taylorismo, o modelo japonês etc. ou mesmo a divisão de trabalho entre o mundo dependente e o dominante. Só se diferencia em termos quantitativos, exceto dentro de cada tipo de trabalho cuja morfologia vem sendo amplamente modificada. Esse desequilíbrio pode ser entendido com a metáfora do *tronco de pirâmide invertida*. Cada vez mais o trabalho produtivo, ao ser convertido em termos de mais-valia, sustenta um maior quantitativo diversificado e expandido de trabalho improdutivo.

Observo que esse tronco de pirâmide invertida já era óbvio para Marx. Em termos empíricos, segundo ele, citando um relatório do parlamento inglês, a proporção entre trabalhador improdutivo e produtivo era *grosso modo*, no mínimo, de 77% no Reino Unido, em 1862 (Marx, 1987: 180). Quase um século e meio depois, o país que ocupou o lugar do Império Britânico apresenta uma proporção entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo da ordem de 2 para 1, sendo que o trabalho improdutivo cresceu, em

média, 30% entre os setores e o produtivo caiu, em média, quase 10% entre o início e o final da década de 1980 (Antunes, 2006: 50). No Brasil, segundo dados da PNAD⁸, entre os anos de 2001 e 2005 a divisão entre força de trabalho improdutivo e produtiva manteve-se aproximadamente constante, correspondendo aquela a 55% da força produtiva total⁹. Portanto, uma proporção de 1,2 para um, aproximadamente, mas bem maior, aliás, invertida, em relação à situação de meados do século passado. Evidentemente, a relação é maior em países dominantes do que em países dependentes.

A tendência crescente da distorção ocorre, em primeiro lugar, porque a força de trabalho produtiva tende a cair naturalmente com o aumento da produtividade por trabalhador (mesma quantidade de mais-valia produzida com um número menor de trabalhadores produtivos e em menor tempo), aumentando o contingente do exército industrial de reserva cuja morfologia passa a mudar¹⁰, oferecendo força de trabalho para o trabalho improdutivo, a exemplo do biscate, do comércio formal, do emprego doméstico, do comércio ambulante, da prestação de serviços e da terceirização. Escreve Antunes (2006: 49-50):

o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril [trabalho produtivo]; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços.

Em segundo lugar, a concentração de renda, que paga o trabalho improdutivo, ao aumentar cada vez mais, requererá mais trabalhadores improdutivos para manter a expansão da infra-estrutura necessária que suporta os proprietários dessa renda.

Finalmente, o Estado, em lugar de diminuir o seu gasto, tem aumentado, crescendo o recrutamento não apenas de servidores públicos, mas de outras formas de pessoal como os terceirizados e os trabalhadores de entidades que atuam em conjunto com o Estado, como as organizações não-governamentais. Também, vem o Estado retirando-se da produção com a venda de suas estatais, oferecendo-as a entes privados que tendem a ser mais eficientes na apropriação de mais-valia com visível diminuição da força de trabalho, indo o excedente de mão-de-obra antes estatal para o desemprego ou o emprego improdutivo.

Vê-se que o capitalismo, em termos de dinâmica da força de trabalho, já interveio na morfologia, na topologia e na divisão do trabalho, mas ainda não tomou qualquer medida drástica em relação ao quantitativo entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, com exceção dos ajustes naturais por combate às suas disfunções¹¹. Creio

⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Ver <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp?o=18&i=P>.

⁹ Valor subestimado, certamente superior a 55%, pois os dados da PNAD excluem militares e funcionários públicos estatutários.

¹⁰ Textos sobre economia do trabalho estão disponíveis na Internet. Ver <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/>. Também, uma extensa base de dados para estatísticas do trabalho e publicações sobre o mundo do trabalho que reforçam a hipótese apresentada nesta comunicação estão disponíveis no sítio da Organização Internacional do Trabalho. Ver <http://labordoc.ilo.org/webvoy-es.htm>.

¹¹ Como as medidas visíveis, mas indiretas, de revisão dos sistemas previdenciários públicos, seguros sociais e outros serviços estatais de bem-estar social. Trata-se, porém, de uma questão puramente atuarial.

que esse é o próximo desafio da economia capitalista, pois deve chegar o ponto no qual a força de trabalho produtiva, que está em decréscimo relativo, não poderá mais ser capaz de sustentar seu topo, o imenso teto composto de força de trabalho improdutivo, em que pese o fato de o trabalho improdutivo contribuir inegavelmente para a realização de mais-valia, para a diminuição de capital constante e para a diminuição de tempo de trabalho *produtivo* socialmente necessário, ao fomentar a qualificação da força de trabalho produtiva, tornando-a menos braçal e mais intelectual.

Trata-se de uma barreira física, pois nem a diminuição da base da pirâmide pode ser indefinida nem o aumento do seu topo pode ser infinito. Uma possibilidade de remendo é a diminuição da base e o aumento do topo cada vez mais compensado e modulado até um ponto de estagnação, momento de uma possível crise para ajuste. Outra possibilidade é a situação atingir o seu ponto ótimo para, depois, haver um recrudescimento do tronco de pirâmide, com a base estendendo-se e o topo diminuindo, processo que pode tornar-se cíclico. Neste caso, o capitalismo terá resolvido o problema apresentado. No outro caso, pode ser um ponto de ruína, a menos que possa vir a existir um único Prometeu sustentando o peso do mundo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez/Unicamp, 2006.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. Banco Mundial: Washington, 1997.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 125-186, jan./abr., 1998.

COLBERT, Jean Baptiste. *Lettres, instructions et mémoires de Colbert*. Paris: BNF, 1995. Disponível na Internet. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k51555w.notice.5/5/2007>.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. Volume I.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro 2, Volume III: O processo de circulação do capital.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro 3, Volume V: O processo global de produção capitalista.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil: 1994. Livro 1, Volume I: O processo de produção do capital.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil: 1994. Livro 1, Volume II: O processo de produção do capital.

QUESNAY, François. *Tableau Economique*. Paris, 1766. Disponível na Internet. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5016. 27/5/2007.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature And Causes of the Wealth of Nations*. Londres: Adam Smith Institute, 2003. Disponível na Internet. <http://www.adamsmith.org/smith/won-index.htm>. 27/5/2007.